

RESILIÊNCIA E PERMANÊNCIA ESCOLAR EM TEMPOS DE DISRUPÇÃO: O ACESSO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA

Maria José da Silva¹

¹Maria José da Silva, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Brasil, mary.history@hotmail.com.

Resumo: Este estudo analisa o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no Ensino Médio da rede pública brasileira em contextos de disrupção social e educacional. Com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica do INEP, discutem-se avanços, desafios e desigualdades na inclusão escolar, destacando a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a equidade, a acessibilidade e a permanência desses estudantes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino Médio; Estudantes com Deficiência; Permanência Escolar; INEP.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais pilares para a efetivação do direito à educação e da promoção da equidade social. No Brasil, esse direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Esses dispositivos legais estabelecem que estudantes com deficiência devem ter acesso, participação, aprendizagem e permanência em escolas regulares, com a oferta dos apoios e recursos necessários para seu desenvolvimento.

Nas últimas décadas, as políticas públicas brasileiras ampliaram significativamente o acesso de estudantes com deficiência à educação básica, sobretudo em classes comuns do ensino regular. Entretanto, a universalização do acesso não foi acompanhada, na mesma intensidade, pela garantia de permanência com qualidade, especialmente no Ensino Médio. Essa etapa da educação básica apresenta elevados índices de evasão e abandono escolar, agravados por fatores socioeconômicos, barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, que impactam de forma mais intensa os estudantes público-alvo da Educação Especial.

Os desafios tornaram-se ainda mais evidentes em períodos de disrupção, compreendidos como situações que provocam rupturas na dinâmica educacional, tais como a pandemia da COVID-19, crises econômicas, desigualdades sociais e limitações estruturais das redes públicas de ensino. Nesse contexto, estudantes com deficiência enfrentaram obstáculos adicionais relacionados à acessibilidade digital, adaptação de materiais didáticos, disponibilidade de tecnologias assistivas,

atendimento educacional especializado e apoio multiprofissional, fatores que influenciaram diretamente sua permanência e desempenho escolar.

O conceito de resiliência escolar refere-se à capacidade dos sistemas educacionais, das instituições de ensino e dos próprios estudantes de enfrentarem adversidades, adaptarem-se às mudanças e manterem os processos de ensino e aprendizagem. Sob essa perspectiva, a permanência escolar não depende exclusivamente do acesso às matrículas, mas também da existência de políticas públicas inclusivas, da formação continuada de professores, da acessibilidade física e pedagógica, do fortalecimento das redes de apoio e do acompanhamento sistemático das trajetórias escolares.

As Sinopses Estatísticas da Educação Básica, elaboradas anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), constituem importante fonte oficial para análise da evolução das matrículas, da distribuição dos estudantes por etapa de ensino e das características da educação inclusiva no país. Esses dados permitem identificar tendências relacionadas ao acesso dos estudantes com deficiência ao Ensino Médio da rede pública, bem como subsidiar a formulação de políticas educacionais voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento da permanência escolar.

Diante desse cenário, torna-se relevante compreender como a inclusão de estudantes com deficiência tem se consolidado no Ensino Médio público brasileiro, considerando não apenas o crescimento das matrículas, mas também os desafios impostos à permanência em contextos de disrupção educacional e social.



Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os indicadores de acesso de estudantes com deficiência ao Ensino Médio da rede pública brasileira, utilizando como base as Sinopses Estatísticas da Educação Básica do INEP. Busca-se discutir a relação entre acesso, permanência escolar e resiliência institucional, identificando avanços, limitações e perspectivas para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação inclusiva e à permanência desses estudantes na educação básica.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, descritiva e documental, fundamentada na análise de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A investigação utilizou como fonte de informação as Sinopses Estatísticas da Educação Básica, disponíveis no portal oficial do INEP, por reunirem indicadores nacionais sobre matrículas, modalidades de ensino, dependência administrativa e atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Foram selecionados os dados referentes ao Ensino Médio da rede pública brasileira, com ênfase nas matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação incluídos em classes comuns do ensino regular. As variáveis analisadas compreenderam o número de matrículas, a distribuição por dependência administrativa (estadual e federal, quando aplicável), a evolução temporal dos indicadores e sua relação com as políticas de inclusão escolar e permanência educacional.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas, permitindo a elaboração de tabelas e gráficos descritivos para análise comparativa. Posteriormente, realizou-se uma análise estatística descritiva, utilizando frequências absolutas, frequências relativas e variações percentuais, possibilitando identificar tendências relacionadas ao acesso e à permanência de estudantes com deficiência no Ensino Médio da rede pública.

A interpretação dos resultados foi realizada à luz da legislação brasileira voltada à educação inclusiva, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), além de estudos científicos sobre inclusão, permanência escolar e resiliência educacional.

Por utilizar exclusivamente dados públicos, agregados e de livre acesso, disponibilizados por órgãos oficiais do Governo Federal, esta pesquisa dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica evidencia que a política brasileira de educação inclusiva vem promovendo avanços expressivos no acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial ao ensino regular. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Educação Especial registrou aproximadamente 2,1 milhões de matrículas em 2024, representando crescimento superior a 58% em comparação com 2020. Paralelamente, 95,7% dos estudantes da Educação Especial entre 4 e 17 anos estavam matriculados em classes comuns, demonstrando que a inclusão escolar passou a constituir a principal forma de atendimento educacional no país (INEP, 2025).

Especificamente no Ensino Médio, os dados apontam a existência de aproximadamente 262 mil estudantes da Educação Especial matriculados na rede regular, dos quais cerca de 99,5% frequentam classes comuns, percentual que representa um dos maiores índices de inclusão entre todas as etapas da Educação Básica. Esse cenário revela importantes transformações na organização dos sistemas de ensino, sobretudo após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que consolidaram o princípio da escolarização preferencial na rede regular.

Os resultados demonstram que houve significativa ampliação do acesso, porém a permanência escolar permanece como um dos principais desafios da educação inclusiva brasileira. Embora as matrículas tenham aumentado de forma consistente, diversos indicadores educacionais revelam que o Ensino Médio continua apresentando elevados índices de abandono e evasão escolar quando comparado às demais etapas da Educação Básica. Para estudantes com deficiência, esse cenário tende a ser potencializado por barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que ainda persistem em grande parte das instituições públicas de ensino.

Nesse contexto, os resultados corroboram as análises de Mantoan (2015), que afirma que a inclusão não



pode ser reduzida ao simples acesso físico do estudante à escola. Para a autora, a efetiva inclusão pressupõe a reorganização das práticas pedagógicas, dos currículos, da avaliação e da cultura institucional, possibilitando a participação ativa de todos os estudantes no processo educativo. Assim, o crescimento das matrículas representa importante conquista das políticas públicas, mas não constitui indicador suficiente para avaliar a qualidade da inclusão escolar.

Sob essa perspectiva, Mendes (2010) destaca que a efetividade da educação inclusiva depende da existência de políticas permanentes de formação docente, da ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da oferta de tecnologias assistivas e da articulação entre escola, família e serviços intersetoriais. Os dados analisados sugerem que, embora a universalização do acesso esteja em processo de consolidação, persistem desigualdades relacionadas à distribuição desses recursos entre as diferentes redes de ensino e regiões do país, especialmente em municípios de pequeno porte e em áreas socialmente vulneráveis.

Outro aspecto evidenciado pelos resultados refere-se à predominância das matrículas na rede estadual de ensino. Essa concentração reforça o papel estratégico dos governos estaduais na implementação das políticas inclusivas voltadas ao Ensino Médio. Entretanto, estudos de Glat e Pletsch (2011) demonstram que a simples expansão das vagas não garante inclusão efetiva quando não há investimentos simultâneos em acessibilidade física, recursos pedagógicos, adaptação curricular e suporte multiprofissional. As autoras defendem que a permanência escolar depende da construção de ambientes educacionais capazes de reconhecer e responder à diversidade presente nas salas de aula.

Os resultados também permitem discutir os efeitos produzidos por contextos de ruptura educacional, especialmente durante a pandemia da COVID-19. O fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto evidenciaram profundas desigualdades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais e aos recursos de acessibilidade. Muitos estudantes com deficiência enfrentaram dificuldades para acompanhar as atividades escolares devido à ausência de equipamentos tecnológicos, conexão à internet, materiais didáticos acessíveis e acompanhamento especializado. Segundo a UNESCO (2020), esses fatores ampliaram significativamente o risco de exclusão educacional em diversos países, afetando de forma mais intensa estudantes pertencentes aos grupos historicamente vulnerabilizados.

Essa realidade também é discutida por Ainscow (2020), ao afirmar que sistemas educacionais resilientes são aqueles capazes de responder

rapidamente às mudanças sociais sem comprometer o direito à aprendizagem. Sob essa perspectiva, a resiliência escolar não depende exclusivamente da capacidade individual dos estudantes, mas da existência de políticas institucionais que garantam suporte contínuo, flexibilidade curricular, gestão participativa e fortalecimento das redes de apoio.

No contexto brasileiro, observa-se que as políticas de inclusão implementadas nas últimas duas décadas produziram avanços significativos na democratização do acesso à educação. Contudo, persistem desafios relacionados à permanência, ao desempenho acadêmico e à conclusão da educação básica. Estudos realizados por Booth e Ainscow (2011) ressaltam que sistemas educacionais inclusivos devem ser avaliados não apenas pelos indicadores quantitativos de matrícula, mas principalmente pela participação, aprendizagem e pertencimento dos estudantes ao ambiente escolar.

Além disso, a literatura evidencia que fatores socioeconômicos continuam exercendo forte influência sobre a trajetória escolar dos estudantes com deficiência. Conforme discutido por Bourdieu (1998), as desigualdades sociais tendem a reproduzir desigualdades educacionais quando os sistemas escolares não conseguem compensar diferenças de capital econômico, cultural e social. Essa interpretação contribui para compreender por que estudantes com deficiência pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade apresentam maior probabilidade de abandono escolar, especialmente durante períodos de instabilidade econômica ou crises sanitárias.

Os achados desta pesquisa convergem com o Relatório Global de Monitoramento da Educação da UNESCO (2020), que destaca a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas à ampliação do acesso, mas também ao fortalecimento da permanência, da aprendizagem e da participação dos estudantes com deficiência. Isso implica investimentos contínuos em infraestrutura acessível, tecnologias assistivas, formação continuada de professores, ampliação do Atendimento Educacional Especializado, equipes multiprofissionais e monitoramento permanente dos indicadores educacionais.

Dessa forma, verifica-se que o Brasil avançou significativamente na universalização do acesso de estudantes com deficiência ao Ensino Médio da rede pública. Entretanto, a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige que os indicadores quantitativos sejam acompanhados de políticas capazes de garantir permanência, aprendizagem, participação e conclusão da educação básica. A análise dos dados do INEP evidencia que o fortalecimento da resiliência institucional constitui



elemento estratégico para enfrentar contextos de disrupção e assegurar o direito à educação em condições de equidade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei Brasileira de Inclusão e nas diretrizes internacionais da Agenda Educação 2030 da UNESCO.

Os dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica evidenciam que a educação inclusiva brasileira apresentou avanços significativos na última década, sobretudo no que se refere ao acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns do ensino regular. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2025), a Educação Especial contabilizou aproximadamente 2,1 milhões de matrículas em 2024, representando crescimento de 58,7% em relação ao ano de 2020. Além disso, 95,7% dos estudantes entre 4 e 17 anos estavam matriculados em classes comuns, demonstrando que o modelo inclusivo tornou-se predominante na educação brasileira, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

No Ensino Médio, etapa analisada neste estudo, o crescimento também é expressivo. Dados do INEP mostram que aproximadamente 262 mil estudantes da Educação Especial estavam matriculados nessa etapa em 2024, sendo que 99,5% frequentavam classes comuns, o maior percentual de inclusão entre todas as etapas da Educação Básica (INEP, 2025). Esses indicadores demonstram a consolidação das políticas públicas implementadas após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que estabeleceram metas para ampliação do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Apesar dos avanços quantitativos observados, os resultados revelam que o aumento das matrículas não corresponde, necessariamente, à efetivação da inclusão escolar. Conforme destaca Mantoan (2015), a presença física do estudante na escola representa apenas o primeiro passo da inclusão, sendo indispensável que a instituição reorganize suas práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas para assegurar participação e aprendizagem em igualdade de oportunidades. Assim, o crescimento das matrículas deve ser interpretado como um importante indicador de democratização do acesso, mas insuficiente para avaliar a qualidade da educação ofertada.

Essa compreensão também é compartilhada por Booth e Ainscow (2011), que defendem que sistemas educacionais inclusivos precisam ser avaliados por três dimensões complementares: presença,

participação e aprendizagem. Segundo os autores, a inclusão somente se concretiza quando os estudantes participam ativamente da vida escolar, desenvolvem suas potencialidades e constroem vínculos de pertencimento com a comunidade educativa. Dessa forma, indicadores exclusivamente quantitativos não são capazes de revelar as múltiplas barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência ao longo de sua trajetória escolar.

Os dados analisados indicam ainda que a maior parte das matrículas do Ensino Médio permanece concentrada nas redes estaduais de ensino, responsáveis pela oferta predominante dessa etapa educacional. Esse resultado reforça a necessidade de fortalecimento das políticas estaduais voltadas à acessibilidade arquitetônica, comunicação acessível, adaptação curricular, formação continuada dos professores e ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Mendes (2010) destaca que a efetividade da educação inclusiva depende da articulação entre recursos pedagógicos, profissionais qualificados, serviços especializados e políticas públicas permanentes, uma vez que a simples matrícula não assegura condições adequadas de aprendizagem.

Outro aspecto evidenciado refere-se às desigualdades regionais presentes na oferta da educação inclusiva. Embora tenha ocorrido crescimento das matrículas em todas as regiões brasileiras, persistem diferenças relacionadas à disponibilidade de salas de recursos multifuncionais, tecnologias assistivas, transporte escolar acessível e equipes multiprofissionais, especialmente em municípios de pequeno porte e regiões com menor investimento educacional. Esses resultados corroboram as análises de Glat e Pletsch (2011), que apontam a necessidade de superar barreiras estruturais e organizacionais ainda presentes nas redes públicas de ensino para garantir uma inclusão efetiva.

A permanência escolar constitui outro desafio identificado a partir da análise dos dados. O Ensino Médio apresenta, historicamente, os maiores índices de evasão escolar da Educação Básica brasileira, realidade que tende a afetar de forma mais intensa estudantes com deficiência. Diversos fatores contribuem para esse cenário, incluindo dificuldades de acessibilidade, insuficiência de apoio pedagógico, preconceito, vulnerabilidade socioeconômica e ausência de adaptações curriculares adequadas. Nesse sentido, Bourdieu (1998) argumenta que a escola pode reproduzir desigualdades sociais quando não desenvolve mecanismos capazes de compensar diferenças de capital econômico, cultural e social existentes entre os estudantes.

Os efeitos das situações de disrupção educacional também se refletem nos resultados observados.



Durante a pandemia da COVID-19, as dificuldades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais tornaram-se ainda mais evidentes. Segundo a UNESCO (2020), estudantes com deficiência foram um dos grupos mais impactados pelo fechamento das escolas, devido às limitações de acessibilidade digital, indisponibilidade de materiais pedagógicos adaptados e redução do acompanhamento especializado. No Brasil, estudos desenvolvidos por Diniz (2021) e pelo próprio INEP evidenciaram que muitas escolas enfrentaram dificuldades para adaptar o ensino remoto às necessidades específicas desses estudantes, ampliando o risco de exclusão educacional.

Sob a perspectiva da resiliência educacional, verifica-se que escolas capazes de manter redes de apoio, planejamento pedagógico colaborativo, Atendimento Educacional Especializado, participação das famílias e gestão democrática apresentaram melhores condições para enfrentar os impactos provocados pelas crises educacionais. Segundo Ainscow (2020), sistemas educacionais resilientes caracterizam-se pela capacidade de reorganizar rapidamente suas práticas, garantindo continuidade da aprendizagem mesmo diante de situações adversas. Essa perspectiva amplia o conceito de resiliência para além da dimensão individual do estudante, compreendendo-a como uma característica institucional construída por meio de políticas públicas, liderança escolar e colaboração entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo.

Outro aspecto importante refere-se à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que estabelece como meta assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos (ONU, 2015). Os resultados desta pesquisa demonstram que o Brasil apresenta avanços relevantes no cumprimento desse compromisso internacional, especialmente quanto à ampliação do acesso escolar. Entretanto, os indicadores também evidenciam que permanecem desafios relacionados à garantia da permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica, aspectos fundamentais para a efetivação do direito à educação.

Por fim, os resultados corroboram a literatura nacional e internacional ao demonstrar que a consolidação da educação inclusiva depende da integração entre políticas públicas, financiamento adequado, formação continuada dos profissionais da educação, acessibilidade universal, tecnologias assistivas e monitoramento permanente dos indicadores educacionais. A ampliação das matrículas representa um importante avanço, porém a efetividade da inclusão somente será alcançada quando todos os estudantes tiverem asseguradas condições reais de participação, aprendizagem e

desenvolvimento integral. Dessa forma, recomenda-se que futuras políticas educacionais priorizem estratégias voltadas ao fortalecimento da permanência escolar, à redução das desigualdades regionais e ao aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento da trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência no Ensino Médio.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o Brasil apresentou avanços significativos na ampliação do acesso de estudantes com deficiência ao Ensino Médio da rede pública, refletindo os impactos positivos das políticas públicas de educação inclusiva implementadas nas últimas décadas.

O crescimento das matrículas em classes comuns demonstra a consolidação do modelo inclusivo preconizado pela legislação brasileira e pelos acordos internacionais dos quais o país é signatário. Entretanto, a análise dos dados também revela que a expansão do acesso não garante, por si só, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica, persistindo desafios relacionados à acessibilidade, à formação docente, à oferta do Atendimento Educacional Especializado, às tecnologias assistivas e à redução das desigualdades regionais.

Diante desse cenário, conclui-se que o fortalecimento da resiliência dos sistemas educacionais constitui elemento essencial para assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva, especialmente em contextos de disrupção social e educacional.

Assim, recomenda-se que as políticas públicas avancem para além dos indicadores quantitativos de matrícula, priorizando estratégias voltadas à permanência escolar, ao monitoramento das trajetórias educacionais, à qualificação dos profissionais da educação e ao investimento em ambientes acessíveis e inclusivos.

Além disso, sugere-se que pesquisas futuras ampliem a análise por unidades federativas e indicadores de rendimento escolar, possibilitando compreender de forma mais aprofundada os fatores que influenciam o sucesso escolar dos estudantes com deficiência no Ensino Médio e subsidiando a formulação de políticas educacionais cada vez mais efetivas.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pela disponibilização dos dados públicos utilizados nesta pesquisa, fundamentais para a realização das análises apresentadas. Agradeço, ainda, às instituições e aos



pesquisadores que contribuem para o fortalecimento da educação inclusiva no Brasil, por meio da produção de conhecimento científico e do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação. Por fim, expresse reconhecimento ao Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (CoBICET) pela oportunidade de divulgação e compartilhamento dos resultados desta pesquisa com a comunidade científica.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. *Nordic Journal of Studies in Educational Policy*, v. 6, n. 1, p. 7-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/20020317.2020.1729587>.
- BOOTH, T.; AINSCOW, M. *Index for Inclusion: Developing Learning and Participation in Schools*. 4. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2024*. Brasília: INEP, 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA (INEP). *Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2024*. Brasília: INEP, 2025.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2010.